

A "ASSEMBLEIA BRITÂNICA" EM LISBOA E A SUA SEDE  
(1771-1819)

Agostinho Araújo

Em Setembro de 1859 demoliam-se em Lisboa os casebres do Loreto, amálgama de pardieiros densa e variadamente ocupados, desde tabernas de galegos, ervanários e barbeiros, a cambistas e casas para a prostituição vadia<sup>(1)</sup>. Há mais de vinte anos que a Câmara desejava eliminar aquela chaga urbanística e social, ali a dois passos do Chiado. Pela excelente localização se justificavam, aliás, tanto a exigência de grossa contrapartida pelo dono (o Duque de Lafões, herdeiro da Casa Marialva), quanto o interesse dos muitos ali instalados, com seu pequeno negócio ou pobre alojamento, em protelar o despejo. A mesma motivação estivera já na origem dessas miseráveis casinholas, erguida entre as ruínas que o Terramoto de 1755 e o incêndio subsequente deixaram de um palácio dos Condes de Cantanhede que vinha dos meados de Seiscentos<sup>(2)</sup>.

Mas essa nobre habitação cuja agonia de um século então chegava ao fim era apenas o centro de várias propriedades dos Meneses naquela zona. Para leste, precisamente no interior do recinto das Portas de Santa Catarina, tomara D. António Luís, 3º. Conde de Cantanhede e 1º. Marquês de Marialva, de aforamento à Câmara em 1652 e 1657 algumas pequenas casas e diversos *pataneiros* ou pátios<sup>(3)</sup>. Diante da longa fachada que deitava para a Rua Direita do Loreto, entre a Rua do Norte e a das Gáveas, comprou o 4º. Marquês o chão de um prédio que ardera no Terramoto e que a proprietária, a Irmandade do Santíssimo da freguesia da Encarnação, não podia reedificar<sup>(4)</sup>. E a sul do palácio uma outra construção do grande mestre de cavalaria ligou-se intimamente à história dos ingleses de Lisboa.



*D. A. de Siqueira Inv. e del.*

*G. F. e Queiroz. Sculpt.*

1. D. Pedro José António de Meneses (1713-1799),  
4º Marquês de Marialva

Pelos começos da Primavera de 1783 um numeroso grupo de *homens de negócio da Nação Britânica* escolheu três dos seus membros para firmar um arrendamento com o 4º. Marquês de Marialva e Estribeiro-Mor, D. Pedro José Antônio de Meneses. Todos se responsabilizavam pelo pagamento do aluguer, no valor de 600 000 reis anuais, bem como pelos prejuízos que aos seus representantes (João Berthon<sup>(5)</sup>, Duarte Marshall<sup>(6)</sup> e João Diogo Stephens<sup>(7)</sup>) pudessem eventualmente sobrevir. E fixaram a validade do contrato em *dez annos certos*, embora tivessem tido o cuidado de recomendar aos seus *successores a continuação deste estabelecimento depois de findado o referido prazo, em atenção ao edificio ser construido para este fim somente*<sup>(8)</sup>. O fim era o de uma Assembla Britânica que achavam por bem poder reunir-se nas cazas do Marquês, à Rua das Duas Igrejas.

Depois de identificada a quase totalidade dos subscritores do documento confirma-se que se tratava de negociantes da praça de Lisboa. Alguns deles eram também, comprovadamente, membros da Feitoria Britânica<sup>(9)</sup>.

Contudo, e em rigor, esta iniciativa não se inscreve propriamente na história dessa instituição. Ao contrário do que tem sido admitido, aliás com reservas<sup>(10)</sup>, inclinamo-nos a pensar, diante de relatos dos efeitos do Terramoto, que existiu de facto uma casa onde se sediava a Feitoria<sup>(8)</sup>. Mas os prejuízos provocados pelo sismo<sup>(12)</sup>; certa quebra do grande domínio até então exercido na praça da capital como reflexo da política pombalina de cerceamento de privilégios; e, sobretudo, o acentuado decréscimo nas importações de Inglaterra quando, a partir de c. 1760, a produção do ouro brasileiro caiu gravemente e a amoedação baixou<sup>(13)</sup>, explicam que não tenha sido viável a construção de novo edifício próprio. As principais funções de uma sede tiveram assim que se repartir por locais diferentes.

Na habitação do Cônsul realizavam-se os importantes encontros de trabalho dos homens de negócio, desde a época da contestação possível às medidas do Conde de Oeiras até à das Invasões Francesas. Mas outros espaços exigiam as horas de lazer e de convívio (onde o gosto da dança imperava), quer pela própria dimensão da colônia, quer pela relativa abertura de certas ocasiões, indo

João Berthon.  
Duarte Marshall  
João Diogo Stephens

2. Assinaturas dos "homens de negócio de Nação Britânica"  
João Berthon, Duarte Marshall e João Diogo Stephens.

dos sectores mais mundanizados da aristocracia portuguesa<sup>(14)</sup>, até aos inúmeros visitantes que constantemente demandavam o porto de Lisboa.

Já na primeira metade do século se assistia a alguma anglicização de hábitos e de gostos, estimulada pelo regresso da rainha viúva D. Catarina de Bragança (1693) e, sobretudo, pelo auge do domínio comercial dos homens da "Factory" a partir do Tratado de Methuen (1703). Embora não podendo em geral concorrer com as dominantes culturais francesa e italiana, ela revelava-se em áreas significativas, fossem a do mobiliário civil<sup>(15)</sup> ou a das maneiras dos casquilhos:

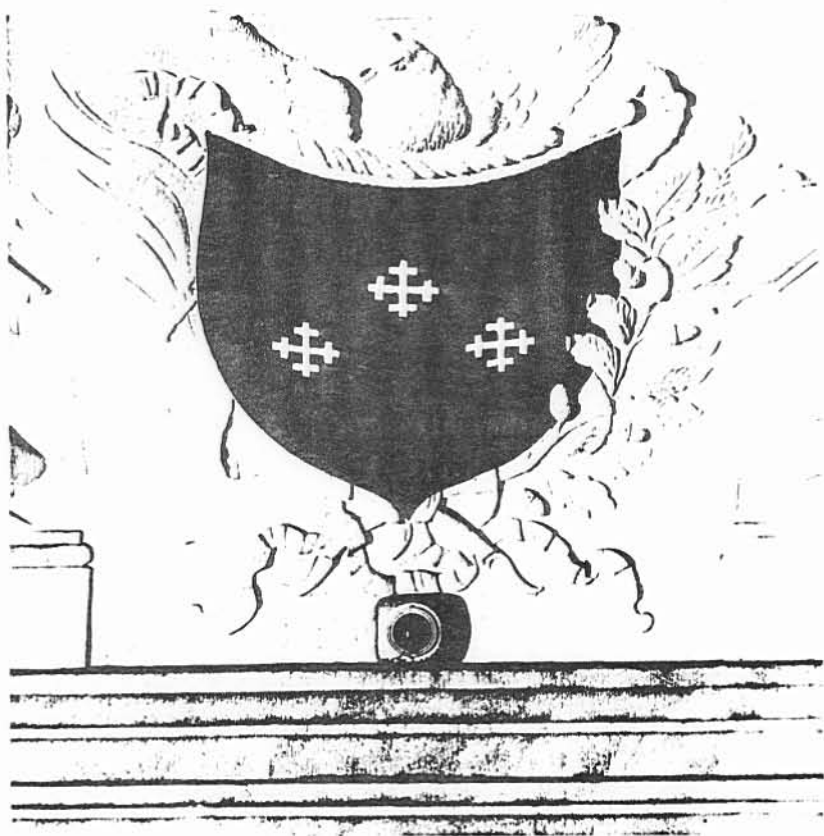
*Andar nas carruagens a correr;  
polaina branca sempre ao cavalgar;  
quanto ao trato, dever e não pagar;  
quanto ao gênio, ser tolo e não o crer;*

*de boleia ir as vezes que puder;  
ter um mestre francês, só por se usar;  
ir ouvir Missa às horas de jantar,  
ao Amparo, e melhor se a não houver;*

*andar sempre de gesto carrancudo  
mas aos coches cortês e conhecido;  
dizer a tudo "guapo", "eres" a tudo;*

*com as damas adanado e derretido;  
loquaz na asneira, em cousas sérias mudo;  
isto é fidalgo moço inglês fundido<sup>(16)</sup>*

Após o Terramoto, a promoção pombalina dos interesses burgueses não se faz sem a dos valores, que se infiltram por múltiplas vias e atingem diversas esferas. Mesmo a do quotidiano doméstico, como, por exemplo, bem se conhece da biografia de Pedro António Correia Garção (1724-1772) com seus prazeres do chá, torradinhas e partidas de whist. Mas ainda no último quartel de Setecentos as forças mais conservadoras se apegavam a formas de sociabilidade



3. Armas da família Stephens.

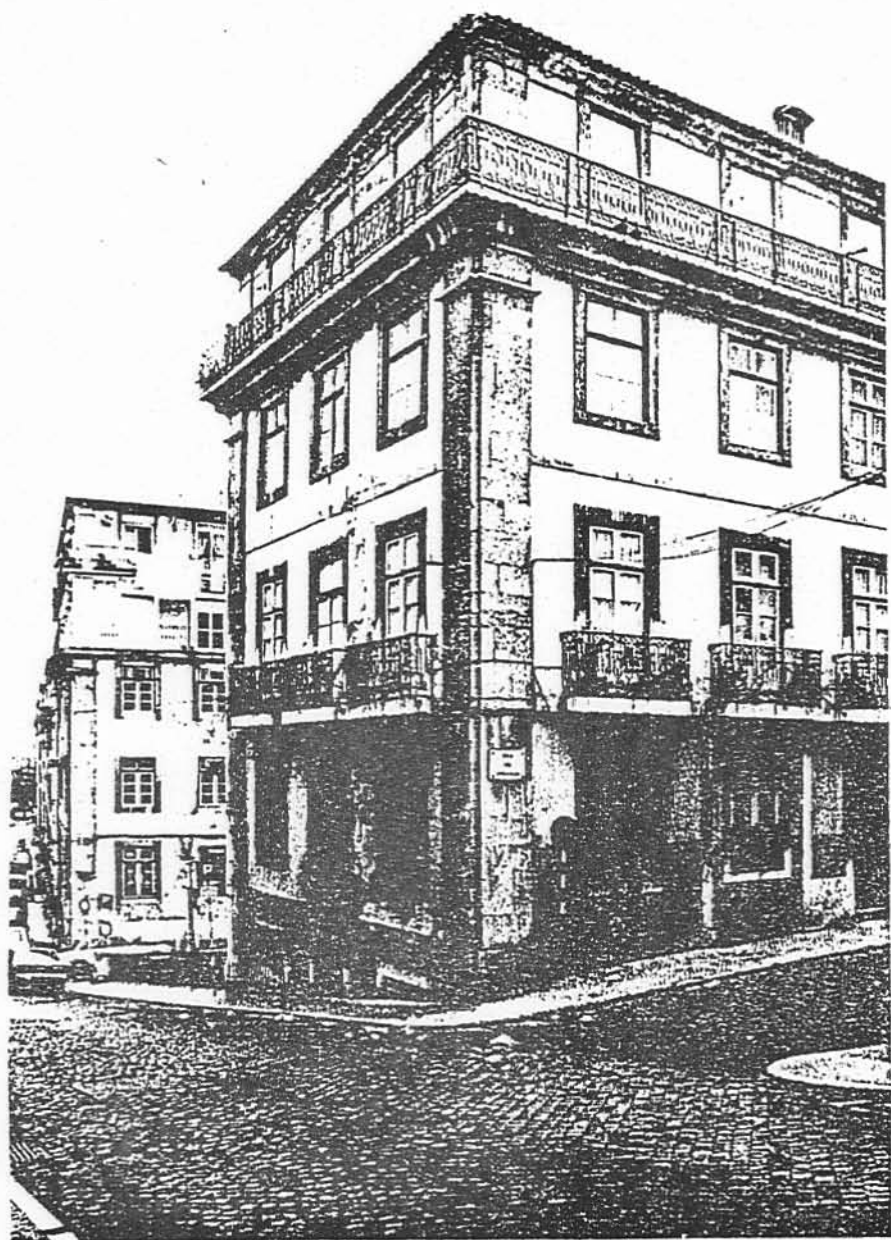
acentuadamente tradicionais. Na "Assembleia do Salitre", espécie de clube sustentado por vários aristocratas, além de duas das diversões mais benquistas no reinado de D. José, o serão musical e a forte batota (que levou a um encerramento temporário em 1784), o principal atractivo eram os jogos de bola e de pêla num recinto próprio<sup>(17)</sup>.

A primeira notícia que refere a existência de uma agremiação dançante confirma, pela responsabilidade do motivo em causa, o envolvimento dos britânicos no prestígio destas funções. Em Novembro de 1766 a "Assembleia das Nações Estrangeiras", estabelecida em casa do músico Pedro Antônio Avendaño<sup>(18)</sup>, ao fim da Rua da Cruz, celebrava com grande baile e ceia o aniversário natalício do soberano inglês, cabendo o primeiro minuete<sup>(19)</sup> ao filho do Conde de Oeiras e a Lady Hay, a esposa do Cônsul e Enviado<sup>(20)</sup>. E no ano seguinte, com evidente sentido de oportunidade, era lançado um manual que se apresentava como *obra muito útil, não somente para esta mocidade, que quer aprender a dançar bem, mas ainda para as pessoas honestas, e polidas, às quais ensina, as regras para bem andar, saudar, e fazer todas as cortezias, que convêm em as Assembleas adonde o uzo do mundo a todos chama*<sup>(21)</sup>.

Nos começos da década de 1770 haveria pelo menos duas "casas de assembleia", cuja localização se ignora, ambas lideradas pelos homens da Feitoria<sup>(22)</sup>. Mas muito pouco tempo depois essas duas sociedades ter-se-ão fundido, arranjando um conveniente *very large room*<sup>(23)</sup>.

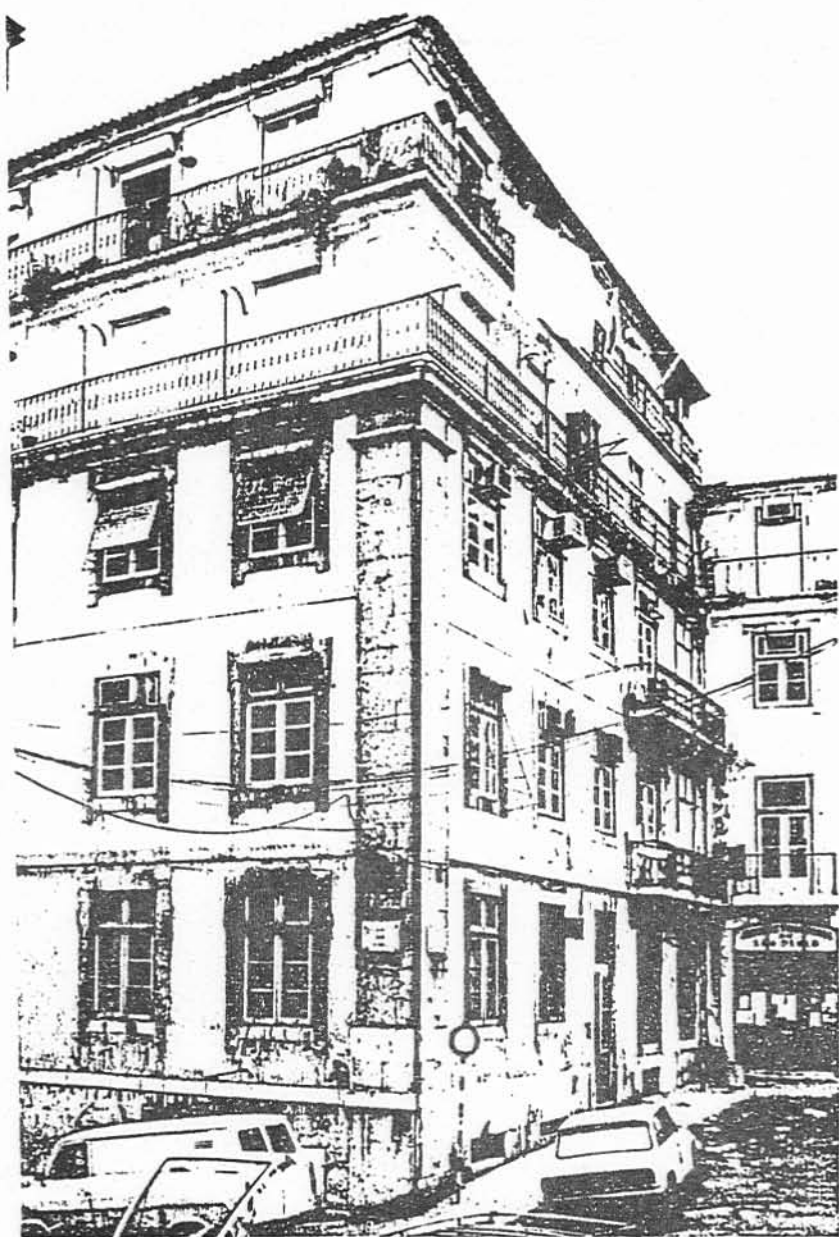
As outras comunidades, dirigidas pela francesa<sup>(24)</sup>, subtraem-se então decididamente à hegemonia britânica; e vemos uma nova "Assembleia das Nações Estrangeiras" ocupar os 2º e 3º andares da casa de Bento José Dias Pereira Chaves, com fachada principal para a Travessa dos Gatos (defronte das traseiras do Palácio Mari-alva) e tornejando para as ruas da Horta Seca e do Loreto<sup>(25)</sup>. Aí levou brilhante existência durante quase duas décadas, até que os efeitos da Revolução Francesa vieram alterar o seu equilíbrio interno. Dissolveu-se em 1793 e uma parte dos seus membros resolveu integrar-se na vizinha "Assembleia dos Ingleses"<sup>(26)</sup>.

Esta dispunha já ca. 1774-75 (a ser correcta a informação

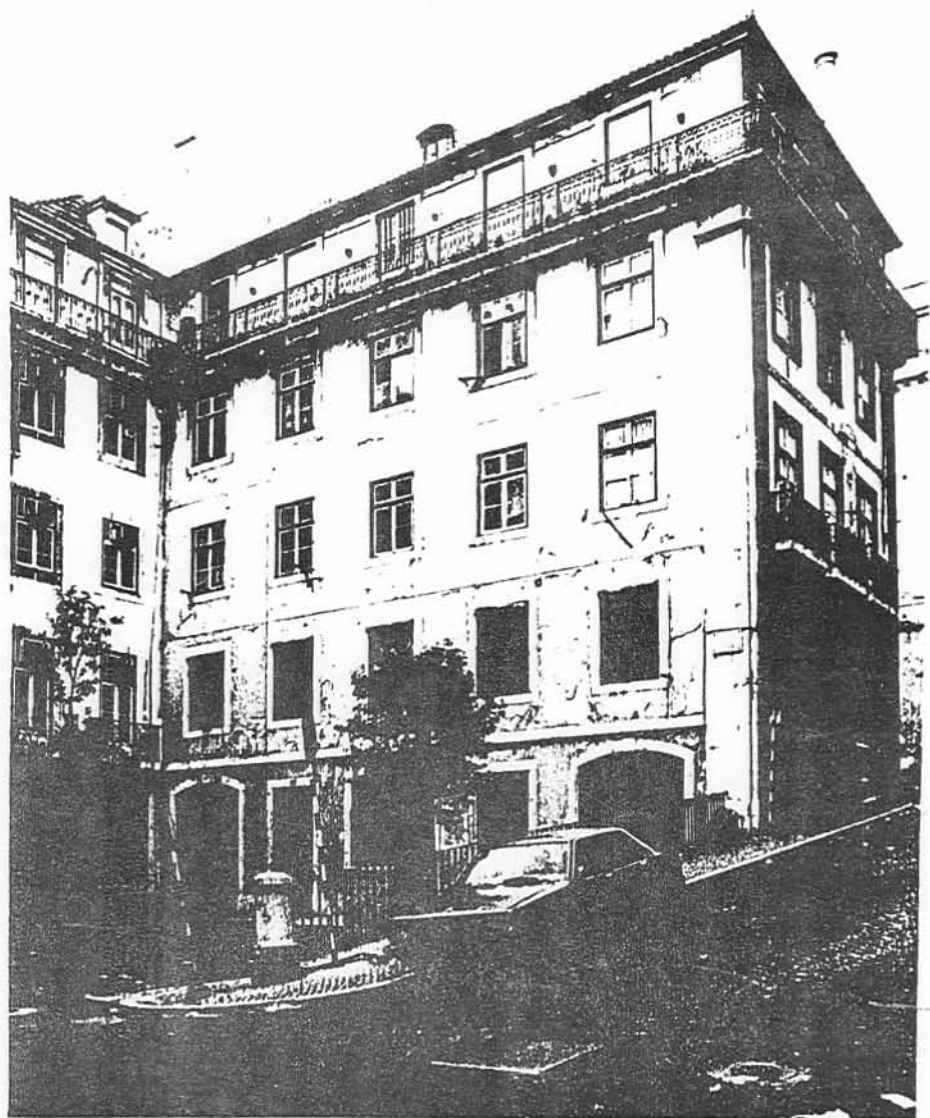


4. " (...) as duas grandes propriedades de casas  
que tenho (...)"





5. "(...) na rua das Flores, esquina de São  
Paulo (...)"



6. "(...) e Beco dos Apóstolos, que formam os  
dois lados de um largo chamado dos Stephens".

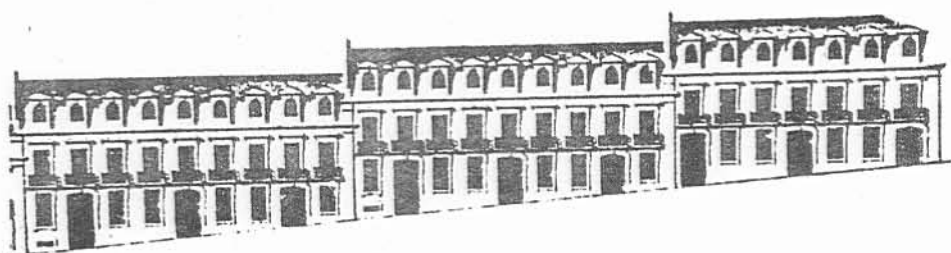
que chegou a Twiss após a sua partida) de instalação apropriada, numa sala que se deverá considerar imediata precursora da sede da Rua do Alecrim. E conseguiu desenvolver as suas actividades de convivência e prazer mesmo sob a retracção dos costumes nos tempos da "Viradeira".

No Natal de 1780 um militar inglês, de passagem, apenas pôde aproveitar os bailes organizados quinzenalmente pelos membros da "Factory". Lamentava aquele capitão de infantaria que a *rígida piedade* da Rainha tivesse mandado encerrar todos os locais de diversão incluindo os teatros e até a ópera<sup>(27)</sup>, o que bem poderia ter feito revolver nos túmulos os melômanos D. João V e D. José I ...

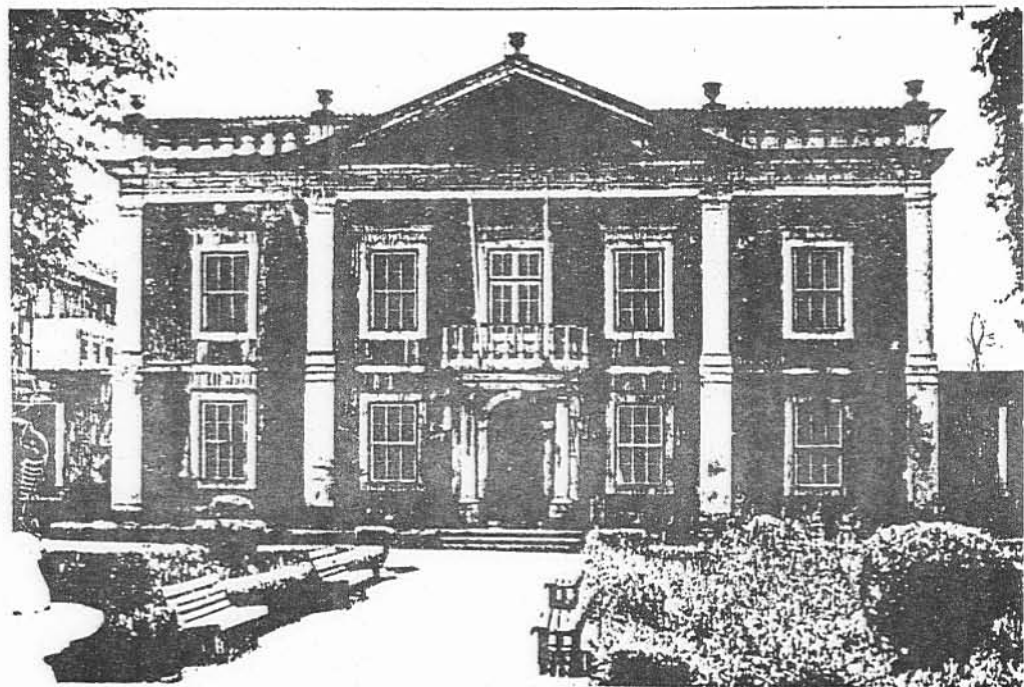
Assim, esse foco de intensa vida social resistia, ainda quando os alto-burgueses nacionais já disputavam abertamente aos britânicos (e aos outros grandes negociantes estrangeiros) o grosso trato de importação-exportação. Senão mesmo os procuravam prejudicar na solução dos seus assuntos e na manifestação visível do seu poder (veja-se como o "pombalino" Anselmo José da Cruz Sobral dificultou, nos fins dos anos 80, a aquisição de terrenos para construir o novo Hospital da Feitoria)<sup>(28)</sup>.

As obras que em 1783 decorriam na referida propriedade do Marquês de Marialva poderiam dar ainda mais cômoda resposta a tais florescentes reuniões recreativas, já que muito a recomendava a sua ótima localização<sup>(29)</sup>. Recorde-se que a vida comercial dos ingleses, além de um núcleo às Pedras Negras e de algumas lojas dispersas na baixa reconstruída (ruas da Madalena, dos Fanqueiros, dos Douradores, de S. Julião, Augusta, Áurea), bordejava, com seus armazéns e escritórios, a zona portuária desde o Cais de Santarém e S. João da Praça, passando pelo Arsenal, até aos Remolares e Ribeira Nova; dos Remolares e de S. Paulo subia pelas ruas do Alecrim, Flores, Imenda e Chagas, constituindo aí um grande pólo que se alongava pelas ruas da Boa Vista, Formosa, do Caldeira, Fresca e de S. Bento; e, por excepção, encontravam-se alguns estabelecimentos ainda mais a oeste, na área sobretudo residencial de Buenos Aires e, até, nas Necessidades<sup>(30)</sup>.

No final do mês de Agosto celebrou-se o contrato entre o



7. Prospecto Geral da Rua das duas Igrejas da parte  
do Poente



8. "Palácio" da Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande (risco de J. D. Stephens?): a simplicidade das proporções, as colunas dóricas, o amplo e dominante frontão despojado e a preferência pelas janelas de guilhotina evocam aspectos da arquitectura anglo-palladiana do Porto, designadamente das duas cabeças-de-série (cf. fachada principal do Hospital de Santo António, John Carr, 1769; e fachada leste da Feitoria Inglesa, John Whitehead, 1785-1790).

procurador do Estribeiro-Mor e os mencionados João Berthon, Duarte Marshall e João Diogo Stephens. Coube a este último, bem conhecido irmão, sócio e sucessor do notável empresário que restabeleceu a Fábrica de Vidros da Marinha Grande<sup>(31)</sup>, a elaboração do risco.

Esse trabalho, a verificação das obras já em curso e bem assim a negociação do clausulado, no que também J. D. Stephens teve acção decisiva<sup>(32)</sup>, teriam gasto os cinco meses que medeiam entre aquela procuração e a assinatura do arrendamento.

O Marquês obrigava-se a *mandar construir (...) em os dous andares da sua propriedade a acomodação para Assembleia da Nação Britânica*. Em relação às fachadas determinava-se que haveria sete janelas para a Rua das Duas Igrejas, seis para a Travessa de S. José<sup>(33)</sup> e também sete para a Rua das Flores. Quanto às Plantas, as exigências eram bastante explícitas: *no nível terreo huma logea de duas portas de entrada, e huma janella, e huma logea interior com o xaguão, e seus contiguos; no primeiro andar huma antecamara, hum quarto para bilhar, huma caza para tomar o chá, huma sala para a dansa (...) com sua orchestra que deveria ter de pé direito os dous andares (...), huma caza para cartas, huma cozinha, e outros comodos; no segundo andar, huma sala para a cêa do comprimento da frente das cazas, huma cozinha, e huma caza repartida de tabique com seu corredor; e em cima todo o mais vão com algum repartimento* (34).

O contrato estipulava ainda que o proprietário se comprometia a reedificar, no prazo de um ano, suportando todas as despesas e respeitando os fins próprios, caso sobreviesse ruína; e que a renda não poderia baixar, mesmo que houvesse incêndio, risco, aliás, então ainda relativamente elevado<sup>(35)</sup>. Fora do arrendamento ficavam algumas das lojas do rés-do-chão, exactamente as que se situavam por *debaixo das tres sallas principais* que D. Pedro José António de Meneses reservava para seu uso.

O "velho Marquês" (como lhe iria chamar Beckford) lograva pois, em vantajosas condições, aumentar o seu património imobiliário. Tal obra constitui outro exemplo a somar ao já vasto quadro de novas edificações e trabalhos de ampliação, restauro ou valorização que desde os inícios do reinado de D. Maria I envolveu



9. "Assembleia Britânica" (1783), fachada principal.  
No piso térreo (entrada das "lojas" reservadas  
a uso do proprietário, Marquês de Marialva),  
bem como no andar nobre, é visível a fidelidade  
à reconstrução pombalina (cf. EST. 7).





10. "Assembleia Britânica", fachadas principal (antiga Rua das Duas Igrejas) e lateral (desaparecida Travessa de S. José). Com a abertura do Largo do Barão de Quintela esta face do edifício ganhou importância maior, recebendo benefícios oitocentistas que acusam a influência do corpo central do vizinho Palácio Farrobo (cachorros, frontão curvo, tipo de mansardas) - cf. EST. 13.



muitas das propriedades e residências da nobreza velha e de boa parte da grande burguesia mercantil<sup>(36)</sup>. E, no plano mais restrito da poderosa família Marialva, cronologicamente se acerta com a intervenção do artista decorador Jerônimo de Barros Ferreira (1750-1803) no Palácio ao Arco do Bom Sucesso<sup>(37)</sup>, que haveria depois de passar aos Loulês; com a construção de um bom prédio na Rua Direita do Loreto, entre a das Gáveas e a do Norte (no terreno que vimos ser comprado à Irmandade do Santíssimo) e em cujo primeiro andar, com dispensa de pagamento de renda, habitava o médico da família, notável homem de ciência e pai de Francisco Solano Constâncio<sup>(38)</sup>; com o pavilhão da Quinta de S. Pedro, em Sintra, riscado nos meados dos anos 80 pelo francês Pillement para o primogênito Conde de Cantanhede<sup>(39)</sup>; e ainda com a compra (c. 1797) do Palácio de Seteais aos herdeiros do cônsul holandês Daniel Guildemeester e o sequente levantamento da fachada de "pendant" e do arco triunfal (1802)<sup>(40)</sup>.

Quanto aos inquilinos, não há dúvida que souberam dar longa e intensa utilização a todas as salas. Em 1785 já as obras estariam terminadas, uma vez que nesse ano foi votada a oferta de uma placa de prata a João Diogo Stephens pelos membros da "Casa da Assembleia Inglesa" por ele *ter alcançado do Marquez de Marialva, edificá-la na Rua do Alecrim*<sup>(41)</sup>.

Quatro anos depois, festejando o restabelecimento de Jorge III, reuniram-se ali 600 convidados<sup>(42)</sup>, o que mostra a sua excelente capacidade. Nestas ocasiões de exceção, pontificavam o corpo diplomático, altas patentes do exército português, figuras de topo da administração do reino e da capital, elementos da primeira nobreza. Mas nos bailes normais, no bem preenchido calendário do Outono-Inverno, também compareciam alguns portugueses, relacionados com os britânicos pelo trato comercial e pelos casamentos e mesmo certa nobreza que aí procurava respirar mundanidades mais espontâneas que se contrapusessem ao ritualismo beático que emanava da Corte.

Estrangeiros das mais diversas nacionalidades eram igualmente bem acolhidos<sup>(43)</sup>. Compreende-se assim que um guia turístico de Espanha e Portugal, publicado em Weimar em 1793, recomendasse



11. "Assembleia Britânica", fachadas lateral e posterior (Rua das Flores). Note-se a semelhança da balaustrada com a da "bela e grande casa" (LINK) da Fábrica da Marinha Grande (cf. EST. 8).



J.P.A.L. del. em 1838

Off. Lg. do Conde Barão N.º 23

## UMA ASSEMBLÉA EM 1834.

12. A "Assembleia dos Ingleses" foi precursora das Sociedades Recreativas que, ao lado da intensa animação de alguns salões particulares, se multiplicaram após a paz liberal.

sob a rubrica "espectáculos e festas" não perder "as assembleias e bailes da Feitoria Inglesa"<sup>(44)</sup>.

Por outro lado, deve entender-se a comunidade britânica de Lisboa, nessa época, em toda a sua heterogeneidade: irlandeses refugiados por razões religiosas; oficiais que sob as ordens do general Townshend tinham vindo em 1762 integrar a reorganização do exército conduzida pelo Conde de Lippe e que, finda a guerra, viviam de magro soldo<sup>(45)</sup>; especialistas do contrabando de ouro que o paquete transportava facilmente para Falmouth<sup>(46)</sup>; alguns médicos<sup>(47)</sup>, engenheiros, boticários, mestres de línguas ou de contabilidade e outros profissionais liberais<sup>(48)</sup>; artífices variados<sup>(49)</sup> (carpinteiros, calafates, tanoeiros, ferreiros, fundidores, serralheiros, sapateiros, relojoeiros, alfaiates, cabeleireiros, modistas, espartilheiras, engomadeiras); pequenos comerciantes, com suas lojas de ferragens, hospedarias, tabernas, cafés, mercearias<sup>(50)</sup>.

Um francês contemporâneo afirmava: "o inglês falido (...) vinha recuperar as suas perdas a Portugal; o irlandês, miserável na sua pátria, escapava à força em Londres para ir fazer fortuna a Lisboa"<sup>(51)</sup>. Descontemos a maledicência anglófoba e, principalmente, reconheçamos que casos de ascensão social, conjugando especiais qualificações técnicas, carácter forte e algum vento conjuntural favorável, como com os irmãos Guilherme e João Diogo Stephens, eram verdadeiramente excepcionais<sup>(52)</sup>.

Fazia-se, é claro, selecção à porta da "Assembleia" da Rua do Alecrim para a qual os bilhetes de convite eram de prata...<sup>(53)</sup> E onde muitos humildes compatriotas gostariam de ter ido, em 2 de Fevereiro de 1801, ver de perto Sua Alteza Real o Príncipe Augusto Frederico, depois Duque de Sussex<sup>(54)</sup>. Mas aí eram bem recebidas outras gentes, igualmente de nacionalidade britânica: as tripulações superiores dos navios mercantes, os militares que defendiam as terras (e, sobretudo, os mares) das ambições do inimigo francês, umas e outros vitais à prosperidade dos estabelecidos em Lisboa; essa elite de filhos-família e literatos cujas normas educativas impunham uma viagem ao Continente, muitas vezes um sedutor périplo mediterrânico; o pessoal diplomático; os abundantes espi-



13. Palácio Quintela-Farrobo (1777-1788-1822) e "Assembleia Britânica", em 1903.

ões; aqueles que, por moda crescente, vinham passar o Inverno ao sol da sua favorita zona de Buenos Aires e, no Verão, dos seus excessos se refugiavam em Sintra ou Colares; e os que aqui, ou em trânsito para a Ilha da Madeira, acorriam na esperança de minorar a tísica.

Todavia, o tom era indubitavelmente dado pelos grandes comerciantes residentes que em 1796 mereceram de Robert Southey, algo puritano nos costumes e exigente quanto a convívio intelectual, definições tão ásperas quanto esta: "os ingleses de aqui são os mais incansáveis bailarinos e os mais inveterados jogadores de toda a Europa"<sup>(55)</sup>.

Com a invasão das forças napoleónicas a "Assembleia da Nação Birtânica" entra na sua última e difícil fase<sup>(56)</sup>, até lhe suceder em 1819 na mesma sede uma instituição similar que, porém, mais interessa ao estudo do conturbado período de instauração do liberalismo<sup>(57)</sup>.

O Tratado de 1810, que extinguiu a Feitoria<sup>(58)</sup>, vibrou à sociedade dançante um rude golpe. O opressivo domínio de Beresford não favoreceu também o clima de tolerante convivência dos salões. Não obstante, os ingleses defendiam os seus hábitos.

Nos duros anos da guerra os portugueses não recebiam, sentindo-se já bem longínquo o novo-riquismo optimista das "assembleias" satirizadas por Correia Garção. Em contrapartida, à mínima possibilidade, o "Longroom" abria as portas para os seus animados bailes. Bem próximos, o Comissariado Britânico ocupava, entre 1809 e 1816, o palácio do Largo do Chiado que viria a ser de José Ferreira Pinto Basto<sup>(59)</sup> e o Hospital Militar Britânico instalara-se, desde Outubro de 1810, na casa que havia erguido o "Manteigueiro"<sup>(60)</sup>. Os bravos oficiais compatriotas, em campanha na Península, podiam assim desfrutar, no prédio alugado à família Marialva, de amena companhia feminina, além de, obviamente, as cartas, os bilhares e o chá<sup>(61)</sup>.

## TÁBUA DAS ILUSTRAÇÕES

- 1) Desenho de Domingos Antônio de Sequeira - Gravura a água forte de Gregório Francisco de Queiroz (c. 1798). Coleção Sociedade de Martins Sarmento (Guimarães).
- 2) A. N. T. T., Cartório Notarial nº 1, Maço 129, Livro "6 de Agosto de 1783 - 31 de Outubro de 1783", fl. 28 v. - cf. APÊNDICE.
- 3) Estuque pintado. Sobreporta do "Palácio", Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande.
- 4) a 6) Casas de Guilherme e João Diogo Stephens (c. 1772), que serviam também de armazéns e depósitos da sua empresa - cf. BARROS, C. V. Silva - *Ob. cit.*, p. 252.
- 7) Desenho a tinta da china, com aguada. Arquivo Histórico Municipal - cf. [Moita, Irisalva] - Lisboa e o Marquês de Pombal. Exposição (Catálogo), vol. 2, Lisboa, Museu da Cidade, 1982, p. 64, nº 151.
- 8) Fachada principal da residência dos Stephens na Marinha Grande.
- 9) Sede da "Assembleia Britânica", entre c. 1783 e 1819. R. do Alecrim.
- 10) *Idem*, Gaveto da Rua do Alecrim e Largo Barão de Quintela.
- 11) *Idem*, Gaveto do Largo Barão de Quintela e Rua das Flores.
- 12) Litografia de Joaquim Pedro Aragão (1838). Coleção Biblioteca Nacional.
- (13) Inauguração do monumento a Eça de Queirós, in jornal "Mala da Europa" (Lisboa), nº. 405, de 15 de Novembro de 1903, pág. 1. Coleção Biblioteca Pública Municipal do Porto.





## NOTAS

- (1) GUIMARÃES, J. Ribeiro - *Summario de Varia Historia. Narrativas, Lendas, Biographias, Descripções de templos e monumentos, Estatisticas, Costumes civis, politicos e religiosos de outras eras*, vol. 5, [Lisboa], 1875, [ed. Autor], pp. 194-212.
- (2) CASTILHO, Júlio de - *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, 3ª. ed. (rev. e anot. por Gustavo de Matos Sequeira), vol.2, Lisboa, Câmara Municipal, 1955, pp. 76-91.
- (3) SEQUEIRA, Gustavo de Matos - *O Carmo e a Trindade. Subsídios para a história da cidade*, vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal, 1939, pp. 309-311 e SILVA, Augusto Vieira da - *A cerca fernandina de Lisboa*, vol. 1, Lisboa, Câmara Municipal, 1948, pp. 177-178.
- (4) GUIMARÃES, J. Ribeiro - *Ob cit.*, vol. 5, p. 199.
- (5) Admitido como membro da Feitoria em 6 de Maio de 1767 - cf. WALFORD, A.R. - *The British Factory in Lisbon & its closing stages ensuing upon the Treaty of 1810*, Lisbon, Instituto Britânico em Portugal, 1940, p. 72. Seria, em rigor, um anglo-português: "(...) I see all the English going, and numbers of them born here - indeed the Wives and Children of most familys that are going are natives of this Country - (...) Berthon and all his family are born here - in short vast numbers (...) " - cf. HIPWELL H. Hallam - *Lisbon on the eve of invasion. As seen in unpublished letters of a local merchant-banker of 1807*, in "Third Annual Report & Review", Lisbon, The Historical Association-Lisbon Branch, 1939, p. 189. Em 1783 residia às Chagas (cf. APÊNDICE) onde tinha também o seu estabelecimento (cf. *Almanach para o anno de 1787*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, p. 198), o qual mudou depois para as Pedras Negras (cf. *Almanach ... 1792*, p. 350) e, mais tarde ainda, para a Rua do Alecrim (cf. *Almanach ... 1798*, p. 373).

( 6 ) Morava em 1783 no *citio das Pedras Negras* - cf. APÊNDICE.

( 7 ) Vd. *infra* nota 31.

( 8 ) A.N.T.T., *Cartório Notarial* nº. 1, Maço 129, Livro "6 de Agosto de 1783 - 31 de Outubro de 1783", fls. 27-28v. - vd. APÊNDICE.

( 9 ) Dos trinta e seis sócios da "Assembleia" apenas no tocante a Alexandre Brander, Benjamin Harrison, Daniel João Hoissard, Thomaz Mayne e Pedro Travers não apurámos qualquer nota que seguramente se lhes reportasse (para o efeito, não atendemos a que os apelidos "Harrison" e "Mayne" surgem em firsas da época, nem a que Alexandre B. seria presumivelmente irmão ou teria outro próximo parentesco com o bem identificado Diogo Brander, o mesmo sucedendo entre Pedro T. e um João Baptista Traverso estabelecido ã Ribeira Nova, etc).

Sobre os restantes encontram-se escassas referências apud: *Almanach ... 1787*, pp. 194-199 e 201; HARBY, H. V., *Thomas Parr. British merchant & member of the "Factory". Lisbon: 1734-1783*, in "Third Annual Report...", 1939, p. 165; HIPWELL, H. Hallam - *Art. cit.*, p. 187; WALFORD, A. R. - *Ob. cit.*, pp. 71-72 e 104; S/A - *List of British Merchants in Lisbon (extracted from the Lisbon "Almanach" of 1788, 1789, 1790, & 1791, translated)*, in "Tenth Annual Report & Review", Lisbon, The Historical Association-Lisbon Branch, 1946-1950, p. 664; GUERRA, Luís de Bivar - *Inventário e Sequestro da Casa de Aveiro, em 1759*, Lisboa, Arquivo do Tribunal de Contas, 1952, pp. 72, 117, 319, 402 e 403; Thornton, Grace - *The Stephens Brothers and Marinha Grande*, in "British-Portuguese Chamber of Commerce - Monthly Magazine", Lisbon, vol. 2, nº 6, October 1969, p. 256; BARROS, Carlos Vitorino da Silva - *Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande. II Centenário, 1769-1969*, Lisboa, Fábrica Escola Irmãos Stephens, 1969, pp. 30-32; e NORRIS, A. H. - *The British Hospital in Lisbon*, 2<sup>nd</sup>. ed., Lisbon, The British Historical Society of Portugal, 1983,

pp. 9 e 29.

A testemunha Elias dos Santos Sharps residia em Alcântara - cf. APÊNDICE.

(10) WALFORD, A.R. - *Ob. cit.*, pp. 77-81. Note-se, porém, que do Arquivo da Feitoria apenas chegou até nós documentação cobrindo o período 1786-1826 - cf. NORRIS, A. H. - *Ob. cit.*, p. 3.

(11) GUIMARÃES, Jorge - *O terramoto de 1755 visto por testemunhas inglesas*, in "História", Lisboa, n.ºs. 36-37, Outubro-Novembro de 1981, p. 46.

(12) FRANÇA, José-Augusto - *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, 2ª. ed., Lisboa, Bertrand, 1977, pp. 66-67.

(13) GODINHO, Victorino Magalhães - *Prix et Monnaies au Portugal. 1750-1850*, Paris, Armand Colin, 1955, pp. 254-258; MACEDO, Jorge Borges de - *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, 2ª. ed., Lisboa, Querco, 1982, pp. 187-188; e FISHER, H. E. S. - *De Methuen a Pombal. O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*, Lisboa, Gradiva, 1984, pp. 68-80.

(14) Há que distinguir entre a frequência ordinária das "Assembleias", reservada aos sócios, e os grandes bailes sazonais, com ceia, onde a nata da sociedade lisboeta não podia faltar. Diz CARRÈRE: "(...) les Portugais en étoient exclus: les abonnés s'y réunissoient tous les soirs; on y conversoit; on y jouoit aux cartes, au billard; on y trouvoit les papiers publics des différentes parties de l'Europe; on y distribuoit tous les jours des rafraichissemens à ceux qui en demandoient, de l'orgeat, de la limonade, du punch, du café, du thé; on y donnoit à danser une fois toutes les semaines pendant l'hiver aux dames des abonnés et à celles du corps diplomatique; on donnoit encore trois fêtes tous les ans, bal paré, souper, rafraichissemens pendant toute la nuit; on invitoit à ces fêtes les dames des abonnés, beaucoup de dames de la cour,

celles du corps diplomatique, et celles des consuls des différentes puissances: les étrangers étoient admis gratis dans ces maisons d'assemblée pendant les trois premiers mois de leur séjour à Lisbonne" - cf. [CARRERE, Joseph-Barthélemy-François] - *Voyage en Portugal, et particulièrement à Lisbonne, ou Tableau Moral, Civil, Politique, Physique et Religieux de cette Capitale*, Paris, chez Deterville, 1798, pp. 74-75.

(15) Cf., *inter alia*, SYMONDS, R. W. - *English Eighteenth Century Furniture exports to Spain and Portugal*, in "The Burlington Magazine", London, February 1941, pp. 57-60; SANTOS, Reynaldo dos - *Duas Palavras ...*, in "Exposição de Arte Decorativa Inglesa" (Catálogo), Lisboa, Fundação Ricardo Espírito Santo Silva, 1958, pp. 7-8; PINTO, Maria Helena Mendes - *Signed and Dated Examples of Eighteenth-century Portuguese Furniture*, in "Apollo", London, vol. 97, nº. 134, April 1973, p. 418; Idem - "Móveis", in *Artes Decorativas Portuguesas no Museu Nacional de Arte Antiga. Séculos XV-XVIII* (Catálogo), Lisboa, M.N.A.A., 1979, pp. 63-64.

(16) Soneto anônimo datável dos princípios do reinado de D. João V - cf. CASTILHO, Júlio de - *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 180-181.

(17) TINOP [João Pinto de Carvalho] - *Lisboa de outrora* vol. 2, Lisboa, "Amigos de Lisboa", 1939 (ed. póstuma, rev. e anot. por G. de M. Sequeira e Luiz Pastor de Macedo), pp. 122-123.

(18) Contratado a peso de ouro pela rainha Mariana Vitória, era em 1765 primeiro violino da Real Câmara e no ano seguinte surge referido como "professor de música de Sua Magestade"; Twiss pôde apreciar, em 72, o êxito dos minuets que compunha - cf. TWISS, Richard - *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773*, vol. 1, London, printed for the Author, and sold by G. Robinson, T. Becket, and J. Robson, 1775, p.3; DANTAS, Júlio - *O Amor em Portugal no Século XVIII*, Porto, Lello & Irmão, 1916, pp. 322-323; e COSTA, Mário - *Danças e Dançarinos em Lisboa*, Lisboa, Câ-

mara Municipal, 1962, p.113.

(19) Sobre as danças de salão em voga no último tempo do séc.XVIII e na primeira década do seguinte vd. CASTILHO, Júlio de - *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 200-201; TINOP - *História do Fado*, 2ª. ed., Lisboa, Dom Quixote, 1982, pp. 23-25; e COSTA, Mário - *Ob. cit.*, p. 112 et passim.

(20) TINOP - *Lisboa de outrora*, vol. 2, p. 119. Edward Hay era já Cônsul na época do Terramoto, vindo a servir também como Enviado entre 1757 e 1767 - cf. WALFORD, A.R. - *Ob. cit.*, p. 31; BOXER, C.R. - *Some contemporary reactions to the Lisbon earthquake of 1755*, in "Revista da Faculdade de Letras", Lisboa, 2ª. série, vol. 22, 1956, pp. 115-116 e 122-124; e MACAULAY, Rose - *They went to Portugal*, 2<sup>nd</sup>. ed., Harmondsworth, Penguin Books, 1985, pp. 277-282.

(21) No frontispício de BONEM, Natal Jácome - *Tratado dos principais fundamentos da dança*, Coimbra, 1767, cit. apud COSTA, Mário - *Ob. cit.*, p. 295.

(22) "Esta noite há baile no Long Room" - carta de Gaubier de Bar-rault, engenheiro militar francês ao serviço de Portugal, dirigida em 4 de Fevereiro de 1771 ao seu íntimo amigo Henrique José de Carvalho e Melo, 2º. Conde de Oeiras e Presidente do Senado da Câmara, então ausente de Lisboa, parcialmente publ. apud DANTAS, Júlio - *Lisboa dos nossos avós*, 2. ed., Lisboa, Câmara Municipal, 1969, p. 272. Três dias depois, uma outra idêntica carta menciona a "nova assembleia de baixo" - cf. TINOP - *Lisboa de outrora*, vol. 2, p. 123.

A informação de Twiss é preciosa, por pormenorizar a estação, a periodicidade, o custo da assinatura, a frequência por parte dos britânicos em trânsito e dos portugueses nobres: "There are two long rooms, where the British factory assemble twice a week, during the winter, to dance and play at cards (...) Any British stranger who does not intend to reside six months in Lisbon is admitted gratis to these assemblies; but the subscription for

the inhabitants is seven moldores for each room (...)

During the course of the Winter there are four grand balls, with suppers; to which many of the Portuguese nobility are invited" - cf. TWISS, Richard - *Ob. cit.*, p.3.

(23) Cf. Idem - *Ob. cit.*, p. 3.

(24) Segundo CARRÈRE, juntaram-se aos Franceses: "les Suisses, les Brabançons, les Flamands, les Liégeois, les Allemands et les Hollandois"- cf. *Ob. cit.*, p. 75.

(25) Já ocupava essa sede em 1775 - cf. TINOP - *Lisboa de outrora*, vol. 2, p. 120.

(26) [CARRÈRE, J. - B. - F.] - *Ob. cit.*, p. 75 e TINOP - *Lisboa de outrora*, vol. 2, pp. 121-122.

(27) CROKER, Richard - *Travels through several provinces of Spain and Portugal*, London, printed for the Author and sold by J. Robson, T. Payne, Cadell & Davis, and Rivingtons, 1799, pp.277-278.

(28) NORRIS, A. H. - *Ob. cit.*, p. 20.

(29) A "Assembleia da Nação Britânica" (simplicadamente conhecida por "Assembleia Inglesa" e por vezes designada apenas por "Longroom") sucede nas mesmas instalações, em 1819, a "Assembleia Estrangeira" então fundada por quinze negociantes de várias nacionalidades mas em cujas direcções se destacaram ainda alguns britânicos. As suas actividades correntes (reuniões diárias dos sócios, com leitura das gazetas e uso de refrescos, exercício de jogos permitidos e bailes públicos semanais, desde Novembro até à Páscoa) confirmam o enraizamento dos hábitos lançados pelos homens da "Factory", como nos informou Twiss em 1772 (vd. *supra* nota 22). Depois da paz liberal irão passar por aqueles salões a "Academia Filarmónica de Lisboa", a "Academia Real dos Professores de Música", o "Clube Recreação Familiar" e uma associação política, o "Centro Progressista" (cf. TINOP - *Lisboa de outrora*, vol. 2, pp.



- 126, 135, 142 e 149-150), numa sequência ininterrupta que comprova a muito boa localização, a ampla capacidade e a excelente resposta que continuava a dar o risco de João Diogo Stephens às especiais funções musicais e dançantes.
- (30) Vd. *Almanach ... 1787*, pp. 193-202 e *List of British Merchants ...*, pp. 663-664.
- (31) Vd. a biografia de João Diogo Stephens (1748-1826) no bem documentado estudo de BARROS, Carlos Vitorino da Silva - *Ob. cit.*, pp. 27-32. Quando D. Maria I, pelo alvará de 11 de Dezembro de 1780, confirmou e ampliou as condições da licença pombalina de 1769, já João Diogo era sócio da manufatura vidreira - cf. VALENTE, Vasco - *O Vidro em Portugal*, Porto, Portucalense Editora, 1950, pp. 163-168; BARROS, C.V. da Silva - *Ob. cit.*, pp. 55-59 e 261-263; e ALMEIDA, Luís Ferrand de - *A Fábrica de Vidros da Marinha Grande em 1774*, in "Revista Portuguesa de História", Coimbra, vol. 18, 1980, p. 302.
- (32) Cf. BARROS, C.V. da Silva - *Ob. cit.*, p. 31.
- (33) Artéria de ligação entre a Rua do Alecrim e a Rua das Flores, desaparecida quando, no princípio do séc. XIX, Joaquim Pedro Quintela comprou terrenos e barracas fronteiras ao seu palácio, fez o terrapleno e doou à Câmara o largo assim formado, que por isso recebeu o nome de "Barão de Quintela", designativo já em uso pelo menos desde finais de 1801 - cf. CASTILHO, Júlio de - *Ob. cit.*, vol. 2, pp. 114-115 e *Almanach ... 1802*, p. 441.
- (34) Cf. APÊNDICE.
- (35) Cf. o capº. *A acção de Mateus da Costa, a criação do lugar de Inspector e a regulamentação dos aguadeiros, capatazes e cabos (1787 a 1805)*, in ANDRADE, Ferreira de - "Lisboa e os seus serviços de incêndios. vol. I [e único publ.]: 1395-1868", Lisboa, Câmara Municipal, 1969, pp. 71-98.
- (36) FRANÇA, José-Augusto - *A Arte em Portugal no Século XIX*, 2ª. ed., vol.1, Lisboa, Bertrand, 1981, pp.167-180.

- (37) GUIMARÃES, Alfredo - *Um pintor do século XVIII*, in "Revista de Guimarães", Guimarães, vol. 35, 1925, p. 87. Note-se que o "Marquês Estribeiro-Mor", D. Pedro José António (1713-1799), morava "em Belem" [Quinta da Praia] - cf. *Almanach ... 1785*, p. 165; e o seu primogénito D. Diogo José Vito (1739-1803), Conde de Cantanhede, havendo-lhe sido confirmado o título de "Marquês de Marialva" em 1785 (cf. ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins, *et alii - Nobreza de Portugal e do Brasil*, 2ª ed., vol. 2, Lisboa, Editorial Enciclopédia, 1984, p.724), é por ele nomeado e dado como residente "ao Bom-Sucesso" no *Almanach... 1787*, p. 47.
- (38) CASTRO, Augusto de - *A biblioteca do professor Constancio em 1793*, in "Arquivos de História da Medicina Portuguesa", Porto, nova série, 90. anno, 1918, nº.1, p. 53.
- (39) COSTA, Francisco - *Beckford em Sintra no Verão de 1787. Narrativa literária seguida de: História da Quinta e Palácio do Ramalhão*, Sintra, Câmara Municipal, 1982, pp. 21-28 e 89-96.
- (40) AZEVEDO, José Alfredo da Costa - *Velharias de Sintra - I*, Sintra, Câmara Municipal, 1980, pp. 89-98; COSTA, Francisco - *Ob. cit.*, pp. 44-45 e 97-103; e STOOP, Anne de - *O Palácio de Seteais*, in "Mundo da Arte", Coimbra, nº.7, Junho de 1982, pp.15-18.
- (41) Vd. o testamento de J. D. Stephens (1825) *apud* BARROS, C.V.da Silva - *Ob. cit.*, p. 31.
- (42) TINOP - *Lisboa de outrora*, vol. 2, p. 124.
- (43) [CARRERE, J. - B. - F.] - *Ob. cit.*, p. 76.
- (44) REICHARD, Hans Ottokar (ed.) - *Guide d'Espagne et du Portugal. 1793*, 2. éd., Paris, Editions de la Courtille, 1971, p.8.
- (45) As suas amargas queixas foram a principal base do livro de DALRYMPLE, Major William - *Travels through Spain and Portugal in 1774; with a short account of the Spanish Expedition against Algiers in 1775*, Dublin, 1777.



- (46) BOXER, C.R. - *Art. cit.*, p. 115.
- (47) Após o Terramoto, com os gêneros e o dinheiro do auxílio inglês vieram também alguns médicos e aprendizes de cirurgia para ajudarem no tratamento dos feridos - cf. WEST, S. George - *O terramoto de 1755 e os seus reflexos na Grã-Bretanha*, in "Diário de Lisboa", de 31 de Outubro de 1955, p.2.
- (48) Cf. ESTORNINHO, Carlos - *O Terramoto de 1755 e a sua repercussão nas relações luso-britânicas (Indícios de influência inglesa na política de recuperação e de reconstrução seguida por Pombal)*, in "Revista da Faculdade de Letras", Lisboa, 2ª. série, vol. 22, nº.1, 1956, p.204.
- (49) Para trabalharem na reconstrução da capital portuguesa foram contratados na Inglaterra e na Irlanda cerca de 3000 artífices e operários - cf. WEST, S. George - *Art. cit.*, p. 2.
- (50) Cf. ESTORNINHO, Carlos - *Art. cit.*, p. 204 e MACEDO, Jorge Borges de - *Ob. cit.*, p. 95.
- (51) Cit. *apud* AZEVEDO, J. Lúcio de - *O Marquês de Pombal e a Sua Época*, 2ª. ed., Rio de Janeiro, Anuário do Brasil, 1922, p. 209.
- (52) MACEDO, Jorge Borges de - *Ob. cit.*, p. 95.
- (53) TINOP - *Lisboa de outrora*, vol. 2, p. 126.
- (54) RUDERS, Carl Israel - *Viagem em Portugal. 1798-1802*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981, pp. 173-174. Alguns breves dados do consciencioso pastor sueco confirmam, no essencial, o que sabemos desde, pelo menos, 1772: "(...) o chamado Longroom, uma espécie de clube dos ingleses aqui residentes, mas de que podem fazer parte quaisquer outros estrangeiros de boa posição, mediante o pagamento de 80 cruzados pelo tempo que vai do mês de Novembro ao princípio da Quaresma. Os viajantes que se não demoram, no país, mais de seis semanas, são isentos de quotização e têm entrada livre, logo que uma vez foram apresentados. As pessoas pertencentes ao corpo diplomático não pagam nada".

- (55) Cf. CABRAL, Adolfo de Oliveira - *Southey e Portugal 1774-1801. Aspectos de uma biografia literária*, Lisboa, Pape-laria Fernandes, 1959, p.166.
- (56) Muito provavelmente verificou-se um encerramento, temporário, na imediata sequência da 1ª. invasão - cf. FIPWELL, H. Hallam - *Art. cit.*, p. 188.
- (57) Cf. *supra* nota 29.
- (58) WALFORD, A.R. - *Ob. cit.*, pp. 85-96 e WILLIAMS, H. Fulford - *The last days of the British Factory at Lisbon*, in "Seventh Annual Report & Review", Lisbon, The Historical Association-Lisbon Branch, 1943, pp. 466-479.
- (59) TINOP - *Lisboa de outrora*, vol. 2, p. 146.
- (60) Idem - *Lisboa d'outros tempos*, vol. 1 ("Figuras e scenas an-tigas"), Lisboa, Livraria de Antonio Maria Pereira-Editor, 1898, p. 181.
- (61) ELLIOT, William Granville - *A treatise on the defence of Portugal and a Sketch of Manners and Customs*, 3<sup>rd</sup>. ed., London, T. Egerton, 1811, p. 189.

## APÊNDICE

### DOCUMENTO

1783, 30 de Agosto

#### Contrato de arrendamento

"Em nome de Deos amen, Saibão quantos este instrumento de contrato de arrendamento, e obrigação virem que no anno do nascimento de Nosso Senhor Jezus Christo de mil e setecentos outenta e tres, aos trinta dias do mez de Agosto, nesta cidade de Lisboa, na Rua Direita do Arsenal Real da Marinha, e escritorio de mim tabelião, apparecerão presentes, a saber: de huma parte o Capitão Felix Pereira Rego, em nome, e como procurador do Illustrissimo, e Excelentissimo Marquez de Marialva Dom Pedro Jozê Antonio de Menezes, do Conselho da Raynha nossa Senhora, Gentil Homem da sua Camera, e seu Estribeiro Mór, e Thenente General dos seus Exercitos, por hum seu alvará de procuração que apresentou, reconheço ser verdadeiro, e ao diante hirã treslادado: e de outra parte João Berthon, morador nesta cidade no citio das Chagas, Duarte Marshal, morador no citio das Pedras Negras, e João Diogo Stephens morador no principio da Rua das Flores, todos tres homens de negocio de Nasção Britanica, per sy, e em nome dos mais assinantes homens de negocio da mesma Nasção, que estão assinados, e hãode assinar na obrigação, que também se treslادará ao diante. E logo por elles partes nos nomes que representam foy dito perante mim tabelião, e testemunhas ao diante nomeadas estarem ajustados em o dito Illustrissimo e Excelentissimo Marquez de Marialva Estribeiro Mór mandar construir na su propriedade que se está edificando de novo nesta cidade na Rua das Duas Igrejas, a acomodação para Assembleia da dita Nasção Britanica, em os dous andares da mesma propriedade, com sete janellas para a mencionada Rua das Duas Igrejas, seis janellas para a Travessa de São Jozê, e sete janellas para a Rua das Flores; e hade ter no

plano terreo huma logea de duas portas de entrada, e huma janella, e huma logea interior com o xaguão, e seus contiguos: no primeiro andar huma antecamera, hum quarto para bilhar, huma caza para tomar o chá, huma sala para a dansa de pê direito dos dous andares com sua orchestra, huma caza para cartas, huma cozinha, e outros comodos: no segundo andar, huma sala para a cêa do comprimento da frente das cazas, huma cozinha, e huma caza repartida de tabique com seu corredor, e em sima todo o mais vão com algum repartimento. O que tudo sendo completamente acabado na forma do risco trassado pelo sobredito João Diogo Stephens de que entregou neste acto duas copias, huma ao procurador de Sua Excellencia, e outra que fica neste cartorio para a todo o tempo constar, principiará a vencer renda no primeiro semestre depois da entrega das chaves aos sobreditos João Berthon, Duarte Marshall e João Diogo Stephens, que nos nomes que representam offerecem de aluguer seiscentos mil reis cada anno por todo o dito edificio, do qual ficarão tão sômente livres para Sua Excellencia as loges debaixo das tres sallas principais, que não entrão neste arrendamento. O qual elles partes celebrão pela presente escritura na forma referida e com as mais condições seguintes: que ficará sendo invariavel para o termo de dez annos, sem que os rendatarios possam pedir abatimento alguma renda, ainda que haja insendio (o que Deos não permita) porque comtudo sempre pagarão os ditos seiscentos mil reis cada anno, metade pelo SãoJoão, e a outra metade pelo Natal na forma de costume; comtanto porem que no caso de ruina se torne a re-edificar, e apôr no estado de poder servir tão sômente para o sobredito fim dentro de hum anno primeiro seguinte à custa e despeza do dito senhorio: que elles ditos João Berthon, Duarte Marshall, e João Diogo Stephens se obrigão por sy, e por suas proprias pessoas e bens presentes, e futuros à pronta satisfação da renda annual de seiscentos mil reis de todos os ditos dez annos, que hão de pagar às meyas pagas costumadas ao dito senhorio sem falta, nem duvida alguma depois de se lhe entregarem as chaves do referido edifficio como dito fica; e esta obrigação fazem todos tres juntamente, e cada hum in solidum pelo todo, e como fiadores, e principais pagadores cada hum dos outros: que elles João Berthon, Duarte Marshall, e João Diogo Stephens, tomão o dito edifficio de arrendamento não só em seus nomes, mas

tãobem nos nomes dos sobreditos assinantes, que se obrigãrão a indemnizalos, por ser para a Assembleia da sua Nasção Britanica como no papel abaixo tresladado se declara. E por elle Felix Pereira Rego foy dito, que asseita esta obrigação e arrendamento para o dito Illustrissimo e Excelentissimo Marquez de Marialva seu constituinte, e o obriga a que pelo que lhe toca cumprirá este contrato. E todos outorgão responder por todo o aqui contheudo nesta cidade de Lisboa perante as justiças a que se requerer o cumprimento desta escritura para o que renunciação juro de seu foro, domicilio, e os mais privilegios que em seu favor alegar possão. Em testemunho de verdade assim o outorgarão, pedirão, e asseitarão, e eu tabelião por quem tocar auzente e a procuração, e papel de que se faz menção he do theor seguinte = Dom Pedro Jozé Antonio de Menezes Marquez de Marialva, do Concelho da RAYnha minha Senhora Gentil Homem da sua Camera, e seu Estribeiro Mór, Thenente General de seus Exercitos, etta. Pelo prezente meu alvará de procuração, dou poder a Felix Pereira Rego, para que por ordem, e em meu nome possa outorgar, e assinar huma escritura de contrato que celebrou com a Nasção Britanica a respeito do arrendamento que me fazem da caza para a sua Assembleia, que se hade formalizar na minha propriedade que se está edificando na Rua das Duas Igrejas conforme o risco trassado pelo Senhor João Diogo Stephens, e com as cazas que se hãode declarar na mesma escritura, obrigando-se a dita Nasção a dar-me de renda em cada hum anno seiscentos mil reis por tempo de dez annos pagos em dous semestres de cada hum dos mesmos annos, sem que da dita renda possão pedir abatimento algum, ainda que haja insendio, comtanto porem que da minha parte se re-edifique a dita caza dentro de hum anno, capaz de servir para a dita Assembleia, e com as mais clauzulas, e condições que o dito meu procurador quizer estipular, e forem precisas para validade e firmeza do dito contrato, o que tudo haverei por firme, e valioso. Belem vinte e oito de Agosto de mil e setecentos outenta e tres = Marquez Estribeiro Mór = Alvará de procuração, que Vossa Excelencia mandou fazer a Felix Pereira Rego, para o effeito que nele se declara. Para Vossa Excelencia ver = Nós abaixo assinados homens de negocio da Nasção Britanica, nos obrigamos cada hum pela quantia que nos tocar de

indemnizar, e resarcir aos Senhores João Berthon, Duarte Marshall, e João Digo Estephens de todo, e qualquer prejuizo que lhes podem resultar do ajuste que fazem com o Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Marquez de Marialva a respeito de cazas para huma Assamblea Britanica, na Rua das Duas Igrejas, para a qual conviemos em pagar seiscentos mil reis de aluguel annual, ficando valido este ajuste por dez annos certos: li recomendamos aos nossos successores a continuação deste estabelecimento depois de findado o referido prazo, em attenção ao edifficio ser construhido para este fim somente.

Lisboa dezanove de Março de mil e setecentos outenta e tres = Thomaz Mayne = Gualter Groset = João King = Guilherme Lucas = João Turner = João Bell = Timotheo Goodall = Diogo Brander = Duarte Joyse = Henrique Galwey = Guilherme Tonkin = Duarte Power = Daniel João Hoissard = Ricardo Amies = João Theodoro Koster = Benjamim Harrison = Ricardo Sealy = Thomaz Coppendale = João Elias Perochon = Guilherme Davenport = David Bouden = Carlos Newman = Pedro Travers = João Horton = Alexandre Brander = Jedidiah Stephens = Thomas March = João Skeys = Jorge Warden = Daniel Parminter = João Montgomery = Duarte Mayne = Roberto Noble = E tresladados os concertey com os proprios a que me reporto: E o dito assinado de indemnização, o torney a entregar ao dito João Diogo Estephens, por quem se acha assinado o riscó de que assima se faz menção, que fica neste cartorio com o alvará de procuração de Sua Excelencia. E forã testemunhas prezentes Elias dos Santos Sharps morador em Alcantara, e Jozê Antonio Alegre mestre de obras do officio de carpinteiro morador em Bellem, que nesta nota assinarão com elles partes, a quem conheço, e dou fé serem os proprios aqui contheudos: e eu Bartholomeu Angelo Escopezzy tabelião o escrevy =

Felix Pereyra Rego

Elias dos Santos Sharps

João Berthon

Duarte Marshall

João Diogo Stephens

Jozê Antonio Alegre"

(A.N.T.T., Cartório Notarial nº. 1, Maço 129, Livro "6 de Agosto de 1783 - 31 de Outubro de 1783", fls.27-28 v.)